

## ATA NÚMERO OITO

Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Viseu, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, às dezoito horas e trinta minutos, conforme convocatória, tendo como Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Fernando Ermida Rebelo, coadjuvado pela Primeira Secretária, Ana Margarida Ferreira Santos e pela Segunda Secretária, Maria Miguel Martins. -----

### I – Período antes da Ordem do Dia (PAOD)

1. Recomposição da Mesa da Assembleia de Freguesia;
2. Tempo destinado ao público;
3. Apreciação e aprovação das atas nº 6 e nº7;
4. Assuntos de interesse da Freguesia (PAOD);

### II – Período da Ordem do Dia:

1. Informação escrita, prestada pelo Presidente do Executivo;
2. Discussão e aprovação do Regulamento dos Cemitérios
3. Atualização da tabela de Taxas, Anexo IV e VII;
4. Apreciação, discussão e aprovação das contas de gerência do ano 2022;
5. Apreciação ao Mapa de Inventário do património da Freguesia à data de 31 de dezembro de 2022;
6. Análise da situação financeira da Freguesia;
7. Proposta de atribuição de topónimo;

Verificada pela Primeira Secretária, Ana Margarida Amaro Ferreira dos Santos, a lista de presenças, registou-se a presença de 10 membros do Partido Social Democrata (PSD), 8 membros do Partido Socialista (PS) e 1 membro do Bloco de Esquerda (BE). O Executivo da Freguesia fez-se representar pelo Presidente, Diamantino Amaral dos Santos; a Secretária, Ana Maria Lopes Damião; o Tesoureiro, Francisco José da Cunha Marques; e as vogais Anabela Tavares de Abreu Sousa e Anabela Cunha. -----

Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu início à Sessão agradecendo a presença dos homenageados na Assembleia de doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, a artista plástica Graça Abreu e o escritor Jorge Marques. Após apresentação destes artistas viseenses foi-lhes entregue o voto de louvor, atestado pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de Viseu. A visada agradeceu à Assembleia, e referiu ser



gratificante ver o seu trabalho reconhecido. Já o escritor em causa agradecendo a distinção, frisou a sua dedicação a Viseu. O Presidente da Assembleia agradeceu a presença dos dois cidadãos homenageados, dando depois início à sessão. -----

## I – Período antes da Ordem do Dia

### **1. Recomposição da Mesa da Assembleia de Freguesia**

Como havia sido dado a conhecer na última Assembleia ordinária, derivada da renúncia ao mandato de Leonilde Alexandra Ferreira Correia de Sá, como Segunda-Secretária da Mesa, o Presidente da Mesa propôs o nome do membro Maria Miguel Martins (PSD) para ocupar o lugar de Segunda-Secretária. Na ausência de outras sugestões, a proposta foi provada por unanimidade, tendo sido eleita Maria Miguel Martins para completar a Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

### **2. Tempo destinado ao público**

O freguês João José da Costa Pereira Gomes, apresentando-se como residente na Avenida Capitão Homem Ribeiro, solicitou a palavra para evidenciar a problemática existente naquela artéria da cidade, designadamente, no traçado entre a Rotunda Cibernética e o edifício da “Altice”, antiga “Portugal Telecom”. Começou por alertar a Assembleia que, fruto de um forte tráfego automóvel, problemas de escoamento de águas das chuvas, que por diversas vezes invadem o hall de entradas dos prédios, o estado do alcatrão daquela via apresenta necessidade de intervenção profunda. Ainda sobre essa Avenida, referiu o estado degradado de três edificações, deitadas ao abandono, com sérios riscos de derrocada. Os espaços do edifício da “Federação dos Viticultores do Dão” têm vindo a ser ocupadas por pessoas que lhe parecia ser sem-abrigo, cheias de movimentações estranhas, onde poderá ocorrer consumo e tráfego de droga, com paredes vandalizadas com pinturas grafitadas, vidraças e portas vandalizadas e partidas, considerando perigoso circular nas imediações do complexo. Mais descreveu o estado degradado pela inutilização do armazém que pertenceu, ou pertence, à “Altice”, antiga “Portugal Telecom”, bem como o estado do edifício da Empresa de transporte rodoviário União do Sátão e Aguiar da Beira, onde mantêm as oficinas, com direitos e benesses na sinalização horizontal de trânsito dos veículos longos de passageiros para acederem ao mesmo, obstruindo as quatro faixas de rodagem frequentemente. Mais conclui que considera ser uma triste imagem entre a Rotunda Cibernética e a Circular, um troço de Avenida permanentemente deitado ao esquecimento, pelo que apela às autoridades uma atuação ativa e positiva para com a realidade partilhada. -----

De seguida, e antes da sua intervenção, o Presidente da Freguesia cumprimentou a Mesa, saudando a nova Secretária e os restantes membros do Executivo. Em resposta às preocupações do cidadão João Gomes, o Presidente do Executivo clarificou que, que embora não sendo matéria da competência da Freguesia, levará este problema às entidades competentes. -----

### 3. Apreciação de aprovação das atas nº 6 e nº7

António Mouga Lopes (PS) pediu a palavra e apresentou uma declaração de impugnação de voto, em relação à aprovação das atas. Esclarecendo, que no seguimento da intervenção dos membros do PS, na Assembleia Ordinária anterior, decorrida em dezembro de 2022, haveria o compromisso de partilhar o texto da Ata nº 5 com todas as observações e intervenções feitas pelos subscritores e que estariam omissas no texto, sendo esse o pressuposto para a sua aprovação. Mais completou que, o texto final não havia sido entregue para análise, e os textos relativos às atas nº 6 e 7 apenas haviam chegado no dia da presente assembleia, com as intervenções em anexo, devendo as mesmas constar do corpo da ata. Por outro lado, António Mouga Lopes (PS) lamentou ainda que, também em cima da hora, meses volvidos desde a realização da última Assembleia, lhes tivessem sido solicitadas, novamente, as mesmas intervenções. Realçou que denota uma enorme falta de organização que, a bem de todos, não poderá continuar de modo algum, e que desde o início desta legislatura têm reclamado constantemente de situações idênticas e que tornam esta Assembleia um local de constantes, mas legítimas, reclamações em vez de um fórum para discutir assuntos de verdadeiro interesse para a Freguesia. Atrasos que revelam, acima de tudo, um desrespeito enorme pelos Fregueses. Mais acrescentou que, os documentos deveriam ser analisados com tempo e, pelo menos, nos prazos legais, respeitando a Assembleia e as vidas pessoais e profissionais de todos os eleitos presentes. Concluiu, assim, que pelos motivos expostos, teriam de impugnar a inclusão, na ordem de trabalhos desta assembleia, do ponto 3 da mesma, e caso se insistisse na manutenção do mesmo, os membros do partido socialista votariam contra a aprovação das atas em questão.

Lurdes Almeida (PS) pediu a palavra e clarificou que uma vez que fez parte da composição da Mesa da Assembleia na última sessão, não se deseja imiscuir nesta questão. -----

Maria Isabel Júlio (PS) interveio dizendo que não considera correta a inclusão dos anexos nas atas, solicitando que esta prática seja abandonada. -----

O Presidente da Mesa lembrou que as atas devem apresentar uma súmula dos conteúdos das intervenções. Já o Presidente do Executivo lembrou que a não aprovação das atas anteriores e

concretamente a ata referente à sessão de dezembro de 2022 põe em causa todas as decisões decorrentes daquela Assembleia. -----

Olga Pádua (PS) voltou a frisar que não é possível aprovar atas enviadas no próprio dia da Assembleia. -----

O Presidente da Mesa apelou ao consenso e à complacência quanto à vida pessoal dos membros da Mesa e referiu que não concordava com a possibilidade de se reunir extraordinariamente para apenas aprovar as atas em causa, sendo que isso representava um custo acrescido ao erário público. Assim, depois de colocadas à votação, a Ata nº6 foi aprovada com 10 votos a favor (PSD), 6 votos contra (PS) e 3 abstenções (2 PS e 1 BE), e a Ata nº7 foi aprovada com 9 votos a favor (PSD), 6 votos contra (PS) e 2 abstenções (1 PS e 1 BE). -----

#### **5. Assuntos de interesse da Freguesia (PAOD)**

Catarina Rodrigues (BE) deu início à sua intervenção apresentando dois Votos de Saudação, um relativo ao “25 de abril de 1974” e outro ao “1º de maio”, assim como uma recomendação relativa à alimentação dos pombos existentes na cidade, uma recomendação sobre a implementação de pombais contraceptivos e a colocação de avisos à população sobre as consequências nefastas da alimentação aos pombos, assim como a possibilidade de contraordenação punível com coima graduada de um quarto até ao máximo de uma vez o salário mínimo nacional, conforme previsto no ponto 2 do artº 51 do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública do Município de Viseu. Apresentou, ainda, um Voto de Louvor ao XVI Festival Internacional de Música da Primavera de Viseu, organizado pela PROVISEU, através do Conservatório Regional de Música Azeredo Perdigão.

João Paulo Sousa (PSD) interveio, referindo que também os membros do PSD tinham preparado um Voto de Louvor ao XVI Festival Internacional de Música da Primavera de Viseu, tendo elaborado o mesmo de forma mais abrangente. Assim, propôs unir o Voto de Louvor apresentado pelo BE àquele apresentado pelo PSD. Relativamente aos Votos de Saudação, apresentados por Catarina Rodrigues (BE), João Paulo Sousa (PSD) frisou que os membros do PSD na Assembleia votariam contra a “Saudação ao 1º de maio”, em virtude de não se reverem em alguns considerandos, e que se absteriam quanto à “Saudação ao 25 de abril”. -----

Colocado à votação os Votos de Saudação, o referente ao “25 de abril”, foi aprovado com 10 abstenções (PSD) e 9 votos a favor (8 PS e 1 BE); o relativo à “Saudação ao 1º de maio”, foi rejeitado, com 9 votos a favor (8PS e 1 BE), 1 abstenção (PSD) e 9 votos contra (PSD), exercendo

o Presidente da Mesa a prerrogativa no disposto no número 7, do Artigo 39.º, do Regimento da Assembleia de Freguesia de Viseu. A Recomendação, relativa à alimentação dos pombos existentes na cidade, foi aprovada com 7 votos a favor (5 PS, 1 PSD e 1 BE), 6 abstenções (3 PSD e 3 PS) e 6 votos contra (PSD). O Voto de Louvor ao “XVI Festival de Música da Primavera de Viseu”, apresentados pelo BE e pelo PSD, sob a forma de reformulação conjunta, foi aprovada por unanimidade.

Luís Teles (PS) apresentou um documento de reflexão quanto à requalificação de alguns edifícios da Federação de Viticultores do Dão, que enquanto Património Industrial, que se rege pela Carta de Nizhny Tagil (2003), completado recentemente pela Carta de Sevilha de 2018 como: “ *O valor cultural dos testemunhos materiais e imateriais vinculados às atividades produtivas*”. Cabendo neste domínio, fábricas, minas, refinarias, armazéns, centros de produção, entre outros. Mais acrescentou, que o tema tem vindo a ser discutido e assimilado no nosso País ultimamente, e sendo referências intervenções recentemente levadas a efeito no norte e centro do País. Apresentou alguns exemplos de reabilitação como: – Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro, numa parceria com a Universidade de Aveiro; em Guimarães conta com a reabilitação da Antiga Fábrica de Curtumes Âncora; Casa da Arquitetura em Matosinhos; a reabilitação dos edifícios da Oficina de Tratamento Químico, de Britagem e do Passadiço, das antigas Minas de Urânio da Urgeiriça, em Canas de Senhorim, Nelas; o Museu do Chapéu e do Calçado, a Fábrica Oliva, em S. João da Madeira. Em concreto sobre a Federação de Viticultores do Dão, em Viseu, Luís Teles (PS) explanou que o anterior Executivo da Câmara Municipal teria intenção de reabilitar este equipamento, partilhando um excerto de uma notícia de então. Continuou referindo que, com o atual programa do Centro de Artes e Espetáculos, faria mais que sentido retomar esse projeto do Executivo anterior, por forma a compor urbanisticamente essa área que, no presente se encontra inóspita, abandonada e sem uma regra urbana coerente. Assim, alertou, uma vez mais, a Freguesia que deverá apresentar à Câmara Municipal esta recordatória, de um projeto que efetivamente faz sentido e não merece ser “votado à gaveta”.

Maria Miguel Martins (PSD) cumprimentou a Assembleia e agradeceu o voto de confiança dado com a sua integração na Mesa. Prosseguiu, referindo o trabalho desenvolvido na área da Ação Social da Freguesia, tantas vezes aqui explanado, questionando o Executivo da Freguesia, quanto à disponibilidade para integrar as competências relativas à descentralização da Ação Social. Considerando as recentes requalificações nas escolas “Maria Cecília Correia”, “Avenida” e “Ribeira”, sobre as quais a Freguesia foi preponderante para a concretização das mesmas,



questionou de que forma tem monitorizado o Executivo as referidas intervenções e se estariam previstas ou mesmo mapeadas outras intervenções nas escolas da Freguesia. -----

Maria Isabel Júlio (PS) interveio, e lembrando o outrora esplendor e fervilhar da Rua Formosa e da rua do Comércio, em contraposição com o que se verifica atualmente. Iniciou a intervenção com uma descrição viva do quotidiano agitado, que até meados da década de 1990, o Rossio, a Rua Formosa, a Rua do Comércio e a Rua Direita, como artérias principais de Viseu, representavam o pulsar da vida urbana, mormente do dinamismo comercial, administrativo, cultural e social da Cidade e do seu Centro, coincidente com a atual área da Freguesia de Viseu. Retratou-as como memórias identitárias do ritmo vivo da cidade de Viseu, mas que, entretanto, por motivos há muito identificados, verificou-se a migração da população do centro e das aldeias, para os bairros em torno da Circunvalação, muito comércio deslocou-se para os centros comerciais ou para a Internet, tal como os bancos e os serviços. Mais acrescentou, que lhe parece que as pessoas saem agora menos à rua, esclarecendo que esse cenário de desocupação e inércia dos centros das cidades não é um fatalismo inexorável dos ditos Tempos Modernos. Exemplificou que, com políticas e estratégias várias, com concertação entre autarcas, associações e outros agentes locais, muitas cidades estão a conseguir reverter este fenómeno urbano, o que se enfatiza no período “pós Pandemia”. Muitas cidades da escala de Viseu têm vindo a recuperar o movimento urbano diurno nos dias úteis e mesmo aos fim-de-semana, referindo os exemplos de Coimbra, Aveiro, Leiria e Braga, onde, entre outras políticas autárquicas inteligentes e consequentes, se apostou em lojas âncora de franchising reconhecidos. Lamentou que em Viseu, como têm reiteradamente referido nesta Assembleia, é uma “dor de alma” passear pela Rua Direita durante o dia, tal como outras ruas historicamente comerciais. Afirmou que, infelizmente, as políticas são inexistentes, dispersas, pouco estratégicas e nada consequentes, salientando que, no último mandato autárquico, no Município e na Freguesia, as políticas de promoção da atratividade de pessoas e dinamização comercial, social e cultural parecem terem “afrouxado”. Questionou, então, sobre a habitação, referindo-se mais concretamente à Estratégia Local de Habitação, o cumprimento do primeiro direito de habitação condigna para todos, e a instalação de novos moradores no Centro Histórico. As atividades de promoção do comércio tradicional e animação da Rua Direita, continuam a ser muito pontuais, como aconteceu no período de Natal, com o Mercado e Mini Aldeia Natal, não havendo qualquer continuidade, ou, muito menos, medidas estruturais. Mais questionou como estaria a ser aproveitado/dinamizada a ligação à Rua Direita do novo parque de estacionamento da Rua Capitão Silva Pereira. Viseu tem perdido alguns eventos e atividades que animavam o início da primavera na nossa Cidade Jardim. Referindo-se à Feira de São

Mateus, questionou se, finalmente em 2023, iria ter braços no centro da Cidade. a propalada grande aposta no turismo, setor muito impulsionado noutras capitais de distrito, fundamental para a economia e a animação da urbe. O dossier de determinadas redes e equipamentos públicos âncora neste processo de dinamização continuam mal lidados. Interrogou para quando seria a inauguração da primeira fase Rede Urbana de Ciclovias, e o novo Centro de Operações de Mobilidade de Viseu, e quando é que seria apresentado um novo projeto para o desativado Mercado Municipal, o atual pavilhão, provisório, com más condições, se seria para eternizar. Mais questionou sobre a conclusão da requalificação do Edifício Sede das Águas de Viseu, e sobre uma nova esquadra da Polícia Municipal no Centro Histórico ou no antigo Quartel dos Bombeiros Municipais. Na sequência do alerta que havia deixado em sede de Assembleia de Freguesia, interrogou o Executivo sobre o estudo de cidadania participativa, para caracterização-diagnóstico do nosso Centro Histórico, equacionando a possibilidade de ter sido um "número político" inconsequente. Dirigindo-se ao Presidente do Executivo da Freguesia, alertou que há muito a fazer para incitar o Centro da Cidade, sendo que para este desiderato prioritário que deveria mobilizar a todos, a Junta de Freguesia não se poderia alhear, devendo ser um agente principal, assumindo um papel político proativo. Para finalizar, identificou a cidade de Viseu, uma referência no comércio tradicional de proximidade, e que, para ser um centro urbano vivo, com uma comunidade mais dinâmica, integrada e sustentável, necessita de movimento urbano no seu dia-a-dia.

Carlos Abreu (PSD), após os cumprimentos aos presentes, elogiou a forma como os jardins e espaços verdes da Freguesia estavam bem tratados e cuidados, em oposição à falta de civismo de alguns cidadãos, mormente no que se refere à má utilização das ilhas ecológicas, bem como aos grafitis voluntários espalhados pela cidade, alertando para a necessidade de se aumentar as campanhas de sensibilização ambiental e cívica. Mais questionou o Executivo sobre a recente colocação de areal nas principais vias de paralelo do centro da cidade. -----

Vanda Rodrigues (PS), que depois da apresentação dos habituais cumprimentos, referenciou que tem reparado que Freguesia está suja, sendo notório o aumento de lixo no chão, mas, também, com muito lixo acumulado perto dos contentores do lixo. Ciente que parte do civismo e bom senso das pessoas colocarem o lixo nos contentores, contudo, muitos dos contentores existentes na Freguesia são deficitários, impossibilitando a sua a correta utilização. Mais partilhou que seria porque estão estragados, ou porque são de difícil manuseamento, sendo que, em alguns casos, há mesmo contentores que, para as portadoras de deficiência ou os mais idosos se torna difícil de colocarem o lixo. Ainda que recentes, afirmou que os contentores não



são funcionais, e que, apesar de já existirem várias ilhas com ecopontos na Freguesia, se nota que há um défice, por exemplo, de contentores que possibilitam a entrega de óleos e pilhas. Salientou a necessidade de haver ecopontos no interior do Parque da Cidade e na Mata do Fontelo, locais propícios a piqueniques. Concluiu, que tendo a Freguesia de Viseu uma bandeira verde de eco-freguesia, alertou para se olhar para o ambiente de forma mais consciente e atenta, com campanhas de sensibilização e responsabilidade ambiental de todos, munindo a Freguesia de equipamentos que realmente funcionem. -----

Carlos Cunha (PS) após os cumprimentos iniciais, apresentou uma “Proposta de Recomendação” de isenção em 50% do pagamento das taxas de esplanada na Freguesia de Viseu para o ano de 2023. Referindo-se ao Regulamento n.º 456/2013, da Câmara Municipal de Viseu, que regula a Publicidade e a Ocupação do Espaço Público, como um documento fundamental na ordenação e no estabelecimento de regras claras no licenciamento da ocupação do espaço público. Com a publicação deste Regulamento, a Câmara Municipal passou a ser o principal agente regulador e fiscalizador pelo seu cumprimento. Sabendo que as esplanadas são um elemento essencial na dinamização comercial e económica dos espaços de restauração, cafetaria e lojas gourmet, uma vez que trazem vida e dinamismo económico e social à Cidade, permitindo ainda o aumento do espaço de negócio e de atividade económica, como estruturas de utilização pública e turística fundamentais na qualificação do nosso território. Recordou a importância vital que as esplanadas na sobrevivência económica de inúmeros estabelecimentos de restauração e cafetaria em Viseu, nomeadamente no período pós-pandemia. Recordou a visão oportuna, nesse período, da Câmara Municipal ao isentar os comerciantes do pagamento das taxas de esplanada na sua totalidade ou em 50%, e também o papel proactivo do Município na agilização do processo de licenciamento das esplanadas, no sentido a facilitar a recuperação dos diversos agentes económicos. Esta proatividade teria contribuído, provavelmente, para que muitas microempresas da Freguesia conseguissem ser resilientes e sobreviver. Referindo-se ao ano de 2023, como tempos de grande incerteza económica, e dificuldades acrescidas às famílias, com o aumento do custo de vida e também aos empresários de diversas áreas e sectores, fatores aliados ao aumento das rendas e das taxas de empréstimo à habitação, de modo a combater a inflação, contribuindo de modo acelerado para a perda de poder de compra das famílias, que com menos dinheiro disponível, priorizam o essencial ao acessório. Sabendo que a Câmara procura ter contas equilibradas, no entanto, nestes tempos de grandes desafios, reforçou que é imperativo auxiliar quem investe na nossa Freguesia. Considerou que é fundamental dar um sinal forte de que a Freguesia e o Município estão ao lado de quem trabalha e de quem diariamente luta para que viseenses e turistas possam usufruir do melhor serviço possível das





nossas esplanadas. Esse sinal passaria, num ano de fortes constrangimentos, por conceder um estímulo financeiro direto a esses comerciantes. Reforçou ainda que não parecia aos membros do PS, que os valores referidos na comunicação social pelo Presidente, Fernando Ruas “60 mil euros por ano dos pagamentos das taxas das esplanadas” possam prejudicar ou colocar em desequilíbrio as receitas do orçamento municipal, ou causar um grande impacto na consolidação das contas da autarquia. Acrescentando que o lema do Programa Viseu Investe “Apoiar os viseenses, relançar a economia local e regional”, poderia ser o mote necessário para que a autarquia viseense considere, à semelhança de anos anteriores, apoiar os mais de cem comerciantes da cidade que, em Petição apresentada em reunião da Assembleia Municipal de Viseu, solicitaram melhores condições, entre as quais a revisão do Regulamento Municipal, para o estabelecimento e manutenção de esplanadas no espaço público. Concluiu, que face ao exposto, no cumprimento do estabelecido no ponto 1, alínea k) do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, os membros do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Viseu, apresentavam uma Recomendação ao Município de Viseu, para que, no ano de 2023, isente em 50%, o pagamento das taxas das esplanadas destinadas à restauração, cafetaria e lojas gourmet da Freguesia de Viseu, assim como, se proceda à revisão do Regulamento Municipal, conforme o solicitado pelos operadores comerciais.

Propôs ainda um Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Batista Chaves, a vinte e sete de março, com 87 anos de idade, figura imparável do Desporto Nacional, assim como um minuto de silêncio em sua memória. Um dos mais antigos Presidentes das Associações Regionais de Atletismo, Vasco Batista Chaves foi uma das grandes figuras do desporto da nossa região e uma das grandes figuras do atletismo nacional. Foi vogal de uma Direção do Clube Académico de Futebol e fez parte da Comissão Instaladora, em dezembro de 1988, da Associação de Atletismo de Viseu, sendo eleito como o primeiro Presidente da Direção dessa mesma Associação, cargo que ocupou até ao seu falecimento. Em 1991, pela sua resiliência e ousadia, em ter conseguido inaugurar a pista sintética e a realização da Taça Europa “Bruno Zauli”, recebeu o Emblema de Ouro da Federação Portuguesa de Atletismo. Vasco Batista Chaves foi um dos dirigentes mais antigos da estrutura do atletismo nacional e o Presidente mais antigo com assento nas Assembleias Gerais da Federação Portuguesa do Atletismo. Sócio de Mérito da extinta Associação dos Desportos de Viseu, da Associação de Atletismo de Viseu e Associação de Futebol de Viseu, foi eleito sócio Honorário da Associação de Atletismo de Viseu. Candidato pelo Partido Socialista à antiga Freguesia Coração de Jesus, exerceu o mandato como membro da Assembleia de Freguesia entre 1997-2001. Por todo o exposto e pelos serviços relevantes



prestados em prol do atletismo e por Viseu, propôs Carlos Cunha (PS), pelos membros do PS, que se aprovasse o “Voto de Pesar” pelo seu falecimento e que fosse cumprido, nesta sessão, um minuto de silêncio em sua homenagem, e que do mesmo fosse dado conhecimento à família enlutada. -----

Tendo sido colocado à votação pelo Presidente da Assembleia, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, com 19 votos a favor: 10 votos do Partido Social Democrata, 8 do Partido Socialista e 1 do Bloco de Esquerda.-----

Associando-se ao “Voto de Pesar” de Vasco Batista Chaves, João Paulo Sousa (PSD), propôs um Voto de Pesar e um minuto de silêncio pela morte de João Batista. Cidadão ativo e ímpar, proprietário da “Sapataria Olguinha”, empreendedor e excelente dinamizador da economia local e da vida social. Propôs a mesma homenagem a Jorge Carvalho, ex-vereador da Câmara Municipal de Viseu e antigo gestor da Feira de São Mateus -----

Tendo sido colocadas à votação pelo Presidente da Assembleia, estes Votos de Pesar foram aprovados por unanimidade, com 19 votos a favor: 10 votos do Partido Social Democrata, 8 do Partido Socialista e 1 do Bloco de Esquerda. -----

Após aprovação por unanimidade, cumpriu-se de imediato um minuto de silêncio em memória destes três viseenses.-----

Solicitou a palavra o Presidente do Executivo, passando a explicar que a proposta de Recomendação apresentada pelo membro Carlos Cunha (PS), para a isenção de 50% da taxa de esplanada, ultrapassa as competências da Freguesia, pelo que deve ser levado a sede própria.--

Colocada a votação, a Recomendação foi rejeitada, com 8 votos a favor (8 PS), 1abstenção (1 BE) e 10 votos contra (10 PSD). Carlos Ermida Rebelo justificou o seu voto contra, considerando que os membros do Partido Socialista estavam a instrumentalizar a Assembleia de Freguesia para consumo interno, uma vez que tendo representação na Assembleia Municipal, esta seria a sede onde estes assuntos deveriam ser expostos -----

Cláudia Pinto (PSD), interveio para questionar o Presidente do Executivo, quanto à execução do Plano de Investimentos da Freguesia. Considerando que a execução de empreitadas de alguma dimensão dependerem da celebração de Contratos Programa com o Município, aliado ao facto de a conjuntura atual, agravava os valores praticados na construção, considerando os valores de investimento integrados no Plano Plurianual, aprovados em Assembleia em dezembro último, e tendo conhecimento de alguns constrangimentos inerentes à realização das principais obras.

Mias concretamente, questionou, por isso o estado das empreitadas de Calçamento do Caminho Nordeste da Cava de Viriato, e o estado do concurso relativo à requalificação da Rua de S. Francisco, Bairro Lusitano, e da Rua Cristóvão Moreira de Figueiredo, Agueira 2000. -----

Lurdes Almeida (PS) interveio para propor um Voto de Louvor a António Adriano Arêde. Natural de Viseu, nascido em 20 de fevereiro de 1956. Desde muito jovem iniciou o contacto com o mundo da rádio, criando, em 1973, a Rádio Escola, nos recreios e sala dos professores do Liceu Nacional de Viseu, designado pelo grupo “Geração de 60”, do qual integrou grupos de teatro e jornalismo. Desde cedo, a inclinação de fazer rádio imperava relativamente à imprensa escrita. A atividade radiofónica, iniciada em 1973, ainda no tempo da censura, na Rádio Altitude, pela mão do Correspondente da RTP em Viseu, José Ayres, na área da animação/locução. Entre 1975 e 1990 passa pela Rádio Renascença. No tempo das rádios-piratas iniciou a colaboração na RCI, desde os primórdios até à passagem para as instalações atuais. Pelo ano de 1977, cria a Redação em Viseu da Rádio Altitude e ao longo de vários anos foi criando uma vasta rede de correspondentes em cada concelho, em cada um era a fonte de informação, bem como os do Hospital e Polícia e assegurava notícias de desporto. Tendo como palco o Rossio e a Feira de S. Mateus, onde grava o seu programa: o “Tempo de Juventude”, nos estúdios da Eletro Carmo, no antigo Pavilhão da Feira de S. Mateus, onde lhe foi entregue a medalha de 25 anos da Rádio Altitude. Assumiu funções de Direção na Rádio Altitude, criando duas programações distintas, em onda média e FM. Destacou como experiência mais positiva na rádio a direção geral da “Rádio no Ar”, em Viseu, pela criatividade na programação de rádio. Do seu percurso profissional destaca-se ainda a passagem pela Emissora das Beiras, RDP\_Rádio Difusão Portuguesa, RDP Centro (ANTENA 1) e mais recentemente Grupo Media Capital Rádios – Rádio Clube Português, Rádio Clube e pela M80 Rádio. A atividade de DJ surge na Rádio Clube e M80 e em Lisboa tirou os cursos de DJ no Centro de Formação para DJs da Pioneer (i4DJ) e hoje passa música dos anos 80 por todo lado, é um conhecedor e detentor de uma discoteca com milhares de exemplares, ouve rádios estrangeiras temáticas, para conhecer as tendências e estilos, gosta de ler, procura estar a par das inovações tecnológicas do meio da música, rádio, televisão e cinema. Respeitado no meio rádio e jornalismo pela sua larga experiência de 50 anos, pela reconhecida exigência em termos de rigor, isenção e qualidade dos trabalhos que produz, António Arede é igual a si próprio, com uma inquestionável competência e saber, elevado sentido de humanidade e grande cordialidade. Pelo que, no próximo dia 24 de maio, no Instituto Politécnico da Guarda, numa Conferência de homenagem aos nomes históricos da Rádio, participará como convidado e orador. Jornalista, com 67 anos, com carteira Profissional de Jornalista e Carteira Internacional

de Jornalista, continua a fazer e a viver rádio, sempre com a mesma paixão e, com o mesmo entusiasmo, e citando-o: “Hoje passo música dos anos 80 em todo o lado. Cada noite é um sucesso!”. Adora o contacto com as pessoas e o tipo de música que faz mexer toda a gente. Define-se como um apaixonado pela rádio, jornalismo e comunicação, e pela atividade de DJ. Com base no exposto, propôs Lurdes Almeida, pelos membros do Partido Socialista, que depois de colocado à votação da Assembleia a atribuição do Voto de Louvor, que seja dado conhecimento ao próprio. -----

Tendo sido colocado à votação pelo Presidente da Assembleia, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade, com 19 votos a favor: 10 votos do Partido Social Democrata, 8 do Partido Socialista e 1 do Bloco de Esquerda. -----

Seguidamente tomou a palavra o Presidente do Executivo que, relativamente, às questões levantadas por Catarina Rodrigues (BE) manifestou a sua concordância quanto ao problema que o excesso de pombos representa neste momento. Em resposta à preocupação de Luís Teles (PS) quanto à manutenção dos prédios da Freguesia de Viseu, explicou o Presidente que a Freguesia só poderia ser responsável pelos imóveis que possui. Mais esclareceu, que em relação à disponibilidade para aceitar competências da área social por parte do Município, que considera ser um “presente envenenado”, pois compreende um investimento financeiro de grande envergadura, tendo acrescentado que, no entanto, a Freguesia de Viseu estará disposta para colaborar no que for necessário. Quanto às obras de requalificação das escolas da Freguesia, concretamente a Escola da Avenida, Ribeira e Escola Maria Cecília, cabe à Freguesia de Viseu a limpeza dos logradouros escolares e pequenas reparações. Em resposta a Maria Isabel Júlio, o Presidente do Executivo lembrou que todos somos culpados por um problema que considera incomparável, mas a inatividade das artérias em causa não depende da Freguesia, pelo contrário, é precisamente nesses locais que se dinamiza o mercado “Indo eu”, concluindo que está prevista a abertura da ligação da Rua Direita ao parque de estacionamento da Rua Capitão Silva Pereira, através da Travessa dos Carquejais. Quanto às preocupações apresentadas por Carlos Abreu (PSD) e Vanda Rodrigues (PS) apesar de contraditórias no seu âmago, requerem, principalmente, que os cidadãos sejam responsáveis e ajam ativamente relativamente à manutenção dos jardins, à gestão dos lixos urbanos e locais onde se encontra lixo acumulado e que, infelizmente, os cidadãos não usam os recursos disponíveis convenientemente. Continuou referindo-se às iniciativas culturais programadas, está prevista a realização do “Viseu Encanta”; o “Festival de Fado”; a “Gala de Freguesia”; os “900 anos do Foral de D. Teresa” ou as “Festas de Santo António”. No que se refere às obras na cava de Viriato, após adjudicação inicial, a obra

está pendente da necessidade de contratação de um arqueólogo que inicialmente não seria necessário, e quanto à Rua de São Francisco e Rua Cristóvão Moreira não houve concorrentes para estas obras, pelo que será iniciado novo processo concursal. Para finalizar, concordou o Presidente com o Voto de Louvor a Adriano Arêde, viseense com o qual privou durante a juventude. -----

Por fim, pediu a palavra Carlos Ermida (PSD) que referiu o facto de se compararem o dinamismo de cidades universitárias como Aveiro e Braga com uma cidade que não tem a oferta de uma Universidade Pública e cuja possibilidade de tal acontecer foi negada por governos do Partido Socialista. Ressaltou ainda, que o único investimento feito em Viseu, que ainda é agregador e captador de novos habitantes é o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, construção foi devida a um governo do PSD, apesar de ter sido inaugurado durante um governo PS. -----

## **II – Período da Ordem do Dia**

### **1. Informação escrita, prestada pelo Senhor Presidente do Executivo**

Não houve intervenção neste ponto. -----

### **2. Discussão e aprovação do Regulamento dos Cemitérios**

Neste ponto, o presidente do Executivo explicou que o Cemitério de Santiago, antigo, não é pertença da Freguesia, apesar da sua gestão depender da mesma, daí a necessidade de existir um Regulamento dos Cemitérios. -----

Usou da palavra Lurdes Almeida (PS), que depois de ter partilhado algumas observações, reparos e recomendações, propôs a constituição de um grupo de trabalho para revisão do regulamento, para futura discussão na próxima assembleia. -----

Esta proposta de reformulação foi aceite por todos os membros da Assembleia e pelo Executivo da Freguesia. -----

### **3. Atualização da Tabela de Taxas, Anexo IV e Anexo VII**

Usou da palavra o Presidente do Executivo da Freguesia, para esclarecer que os documentos enviados se referiam à necessidade de atualização da Tabela de Taxas da Freguesia. Por conexão com o Ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos, o Executivo achou por conveniente protelar a sua discussão em próxima Assembleia de Freguesia -----

### **4. Apreciação, discussão e aprovação das contas de Gerência do ano 2022**





O Presidente do Executivo lembrou que os documentos estavam na posse dos elementos da Assembleia estando disponível para responder a qualquer questão, suscitada, remetendo para o Tesoureiro da Freguesia, qualquer esclarecimento mais técnico. -----

Rui Lima (PS) procedeu à análise do Relatório e Contas 2023, concluindo que a nível da despesa, as contas apresentadas refletiam, um aumento nos custos de bens e serviços, inerentes ao contexto atual, que no caso concreto se cifrou em 17.35%, relativamente ao ano anterior, e nas despesas com pessoal, com um aumento de 25.57%, justificado com a contratação de pessoal a termo, 30.743.88 €, bem como, as rubricas de abonos variáveis decorrentes das eleições legislativas, nomeadamente como pagamento do pessoal das Mesas de Voto. A nível da aquisição salientou a locação de edifícios que passou de 2.100,00€ em 2022, para 4.150,00 € em 2023, a representação de serviços, que passou de 77.376,00 € em 2022, para 104.174,69 € em 2023, e outros serviços que passaram de 2.626,93 €, para 6.124,89 €, questionado este montante. Salientou ainda o valor da rubrica atividades de apoio social, que passou de 40.709,74 € para 64.937,13 €, o que sustenta a posição do PS relativamente ao orçamento de 2023, quando havia defendido o aumento das rubricas de apoio social. Quanto às receitas de capital, referiu que a execução é, no entendimento do PS, muito baixa, esperando, que esta fase pós pandemia se esperava mais, cientes que se deve em grande parte à Câmara Municipal de Viseu, sendo que é a Freguesia que perde. Ainda, em matéria de despesas de capital, questionou as despesas com equipamento administrativo serem de 9.358,32 €, quando o orçamento aprovado era, se não de enganava, de 5.000 €. Concluiu que seria necessário que a Freguesia de Viseu encontrasse forma de conseguir obter alguma autonomia financeira, relativamente à Câmara Municipal de Viseu, obter meios de autossustentância, de maneira a poder concretizar a sua agenda, sem estar totalmente dependente do poder do Rossio.

Neste ponto, João Paulo Sousa (PSD) esclareceu que o grupo parlamentar do PSD votaria favoravelmente a aprovação das Contas. -----

Em resposta, o Tesoureiro, Francisco Marques, explanou que a locação, se refere ao arrendamento de dois espaços nas Galerias do Parque. O aumento verificado na rubrica representação de serviços referia-se a algumas despesas decorrentes de um retomar da atividade pós-pandemia, como o aniversário da Freguesia ou a receção de outras Freguesias. --

Ainda neste ponto, Rui Lima (PS) clarificou que respeita o trabalho feito pelo Executivo e que, atendendo à sua posição nesta Assembleia, é da sua competência verificar as contas e solicitar clarificações quanto às mesmas.-----

As contas de gerência do ano 2022 foram aprovadas com 10 votos a favor (PSD) e 9 abstenções. (PS e BE)-----

#### **5. Apreciação ao Mapa de Inventário do Património da Freguesia à data de 31 de dezembro de 2022**

Neste ponto, usou da palavra o Presidente do Executivo, demonstrando-se disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida quanto ao Mapa enviado atempadamente a esta Assembleia, esclarecendo a legalização de um terreno na Rua do Seixo que não estava devidamente registado.-----

Pediu a palavra Luís Teles (PS) partilhando que, segundo a lei, a obrigatoriedade de elaborar o cadastro dos bens móveis e imóveis está prevista na alínea ii) do nº 1 do artº 16 da lei 75/2013 de 12 de Setembro, e considerando que existem freguesias que têm regulamentada a forma de fazer o inventário, questionou se existe na Freguesia algum Regulamento. Mais salientou a pertinência da existência de um regulamento que ajudaria a gestão do património, designadamente no que se refere á avaliação da vida útil e ao eventual abate designadamente na aplicação dos critérios definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril. Referindo-se a equipamentos, ferramentas, viaturas, etc. Partilhou que existe um número significativo de equipamento adquirido em 2018, 2020 e 2022, com um tempo de vida próprio e deveriam ser avaliados periodicamente, sendo que alguns deles ficam obviamente obsoletos. Partilhou ainda, que se verifica que o equipamento informático adquirido em 2014 já tinha 9 anos, salientando a importância no cuidado para a aquisição deste tipo de equipamento, devendo-se ser exigente, pois o preço dos consumíveis atualmente era muito elevado, tendo, por isso sugerido haver uma avaliação técnica sobre todos estes equipamentos bem como relativamente aos programas informáticos instalados. Quanto aos bens imóveis surgiram algumas dúvidas sobre o uso quanto a informação contida no Inventário, mais concretamente, equipamento de Quiosques, Património da Rua Miguel Bombarda, instalações adquiridas em 1995, instalações da Travessa de São Lázaro.

Em resposta, explicou o Presidente do Executivo que a viatura inventariada ainda é muito útil, sendo que a Freguesia não tem orçamento para a aquisição de uma viatura com aquelas características. Quanto às impressoras, a Freguesia utilizava apenas uma máquina em regime de

aluguer. As outras impressoras eram regularmente emprestadas a associações que solicitavam ajuda a este nível, não trazendo qualquer encargo. Esclareceu que dois terços das lojas da Rua Miguel Bombarda estão entregues à Câmara Municipal em regime de comodato e o restante espaço é emprestado a várias instituições sempre que solicitado. A Freguesia não possui qualquer imóvel que possa arrendar, pelo que daí não pode advir nenhuma receita. -----

#### **6. Análise da situação financeira da Freguesia**

Neste ponto, o Presidente do Executivo informou que o documento no qual está plasmada a situação financeira da freguesia é acessível e, portanto, do conhecimento de todos estando o mesmo disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Não houve qualquer pedido de esclarecimento -----

#### **7. Proposta de atribuição de topónimo**

Conforme solicitado pela Câmara Municipal de Viseu, o Executivo da Freguesias apresentou 7 propostas de atribuição de Topónimos: proposta 1. “Calçada Engenheiro Manuel da Silva Almeida” a um arruamento perpendicular à “Rua Engenheiro Manuel da Silva Almeida “; proposta 2: “Rua da Feira Semanal” ao arruamento junto à Feira Semanal, que se apresenta da Escola Básica da Ribeira até à Rua do Arco; proposta 3: “Travessa dos Fundadores” a um arruamento paralelo à Estrada Nacional 229, no Bairro São João da Carreira; proposta 4: “Travessa Chão do Mestre” a um pequeno arruamento perpendicular à Rua com o mesmo nome; proposta 5: “Caminho da Separadora” junto à Rua da Separadora; proposta 6: “Avenida Engenheiro Beirão do Carmo, pelo aumento da extensão da Rua Engenheiro Beirão do Carmo; a proposta 7: “Avenida da Juventude” à avenida que faz a ligação da Estrada Nacional 229 e a Rotunda da Praça Grão Vasco, em Santiago. Colocadas à votação, todas as propostas foram aprovadas por unanimidade, com 19 votos a favor: 10 votos do PSD, 8 do PS e 1 do BE. -----

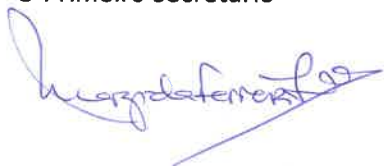
Para efeitos de execução imediata, a ata, nesta parte, foi aprovada em minuta. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Fernando Ermida Rebelo, deu por encerrada a Sessão e dela se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada para que conste.-----

O Presidente da Assembleia



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

